



Políticas sociais no Brasil:

Reflexões sobre pesquisa, ensino
e cotidiano dos serviços

2

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



Políticas sociais no Brasil:

Reflexões sobre pesquisa, ensino
e cotidiano dos serviços

2

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Políticas sociais no Brasil: reflexões sobre pesquisa, ensino e cotidiano dos serviços 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Amanda Kelly da Costa Veiga
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P769 Políticas sociais no Brasil: reflexões sobre pesquisa, ensino e cotidiano dos serviços 2 / Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-636-9

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.369212311>

1. Brasil - Política social. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa (Organizadora). II. Título.

CDD 338.981

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de e-commerce, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

A coletânea de textos *Políticas Sociais no Brasil: reflexões sobre pesquisa, ensino e cotidiano nos serviços 2* reúne artigos heterogêneos de distintas regiões do Brasil. São oito artigos frutos de pesquisas, revisão de literatura e ensaios teóricos que colocam trazem contribuições importantes para o debate das políticas sociais no Brasil na contemporaneidade.

Neste contexto, temos o estudo bibliométrico e análise comparativa do rendimento acadêmico dos discentes cotistas e não cotistas, trazendo importantes contribuições na discussão de ações afirmativas no contexto universitário. Apresentamos também uma revisão bibliográfica no âmbito das Doenças Crônicas Não Transmissíveis especificamente a Diabetes Mellitus e o Programa Previne Brasil, seus mecanismos de financiamentos e as linhas de cuidado desse grupo em especial.

O artigo seguinte, trata especificamente dos resultados de uma pesquisa qualitativa, decorrente de questionário sociodemográfico e entrevista semiestruturada de análise de conteúdo para tratamento dos dados. Já o quarto texto apresenta os resultados da pesquisa qualiquantitativa de campo realizada no âmbito de um Conselho Municipal de Assistência Social apresentando os impactos no financiamento e gestão dessa política no período estudado.

Temos ainda o artigo que coloca em evidência a política brasileira no período de 1995 a 2016 para o setor de energia elétrica. Trabalho de pesquisa de cunho histórico, observacional e comparativo, traz importantes contribuições à discussão da temática. O sexto texto, trata-se do ensaio teórico sobre a importância da gestão democrática no campo educacional, especialmente os conselhos escolares.

Apresentamos também o ensaio decorrente da utilização da literatura como ferramenta de análise da política no Brasil, especificamente os períodos de 1964-1985 e 2020 -2021, Ditadura Militar e Pandemia de Covid-19, respectivamente. E finalmente, temos o oitavo artigo que coloca em destaque o Projeto Padrinho e as questões relacionadas ao processo de adoção no Brasil.

Neste contexto, convidamos os leitores a conhecer os textos, experiências, discussões e resultados obtidos nesse momento de importante relevância para as políticas sociais no Brasil.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1


AÇÕES AFIRMATIVAS E DESEMPENHO ACADÊMICO NO IFES: UM ESTUDO COMPARATIVO A PARTIR DOS COEFICIENTES DE RENDIMENTO

Odacyr Roberth Moura da Silva

Dayane Graciele de Jesus Miranda Contarato

Mara Cristina Ramos Quarteza

Shirlena Campos de Souza Amaral

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3692123111>

CAPÍTULO 2..... 17

GESTÃO EM SAÚDE – CUIDADO DE PACIENTES COM DIABETES MELLITUS NA ATENÇÃO BÁSICA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE O PREVINE BRASIL E OS DESAFIOS DA SUA IMPLEMENTAÇÃO NO PAÍS


Talita Fernanda Soares Freitas Andrade

Daniel Martins Borges

Josela Aparecida de Freitas

Mariana Orlandi Dias

Tatiane Queiroz Rodrigues

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3692123112>

CAPÍTULO 3..... 29

REFLEXÕES SOBRE AÇÕES DA PNAS/SUAS NA PERSPECTIVA DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DE UM CRAS

Luana Silva Ferreira

Alexsandra Maria Sousa Silva

Nádia Andreza Brandão Arcanjo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3692123113>

CAPÍTULO 4..... 40

A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE SOCIAL PARA O FINANCIAMENTO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM FLORIANÓPOLIS-SC

Giulia Valentina Giacomolli Gisler

Fabiana Luiza Negri

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3692123114>

CAPÍTULO 5..... 57

A POLÍTICA BRASILEIRA PARA A ENERGIA ELÉTRICA E AS CRISES DO SETOR: UM ESTUDO SOBRE O PERÍODO 1995-2016

Robson Luis Mori


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3692123115>

CAPÍTULO 6..... 69

DEMOCRACIA COMO INSTRUMENTO DE FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS ESCOLARES

Beatriz de Oliveira Andrade

Leonardo Pereira Monteiro
Patrícia Luzorio Marques da Silva
Talita Faria dos Santos Siqueira


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3692123116>

CAPÍTULO 7..... 80

UMA ANÁLISE DA POLÍTICA BRASILEIRA PELOS OLHOS DE GEORGE ORWELL

Ingrid Rocha de Moraes


Jacir Alfonso Zanatta

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3692123117>

CAPÍTULO 8..... 93

O DESCASO DO ESTADO COM O ABANDONO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES
E A ESTIGMATIZAÇÃO DA SOCIEDADE COM CASAS HOMOAFETIVOS QUANDO
ADOTAR

Ághata Cristina da Costa Dupin

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3692123118>

SOBRE A ORGANIZADORA..... 108

ÍNDICE REMISSIVO..... 109

CAPÍTULO 6

DEMOCRACIA COMO INSTRUMENTO DE FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS ESCOLARES

Data de aceite: 01/11/2021

Beatriz de Oliveira Andrade

<http://lattes.cnpq.br/4522129401692166>

Leonardo Pereira Monteiro

<http://lattes.cnpq.br/5784056159081360>

Patrícia Luzorio Marques da Silva

<http://lattes.cnpq.br/0803831475630084>

Talita Faria dos Santos Siqueira

<http://lattes.cnpq.br/7234508237308790>

RESUMO: Este artigo problematiza a participação dos conselhos escolares na implementação de políticas públicas para a garantia de escolarização no cenário da educação brasileira para. Utilizamos os conceitos democracia, justiça, poder e participação desenvolvidos por autores como Carlos Estevão, François Dubet, Nobert Elias e outros que abordam com a temática desenvolvida, buscando subsídios para compreender os aspectos das tensões que caracterizam a dinâmica de funcionamento desses órgãos. Apoiados nas perspectivas desses autores, problematizamos como os entrelaçamentos das noções de estado e justiça e igualdade se expressam nos encaminhamentos institucionais, considerando a perspectiva da inclusão social anunciada nas políticas educacionais em território brasileiro. Das reflexões que observamos que nas sociedades recentes, os conselhos escolares constituem aspecto de mobilização de indivíduos e grupos em torno de interesses diferenciados

e interdependentes. Em tese, os conselhos de escola precisam lidar com desafios e dilemas decorrentes da sua constituição e de sua dinâmica de funcionamento.

PALAVRAS-CHAVE: Justiça, democracia, políticas, escola.

DEMOCRACY AS AN INSTRUMENT FOR STRENGTHENING SCHOOL COUNCILS

ABSTRACT: This article discusses the participation of school councils in the implementation of public policies to guarantee schooling in the Brazilian education scenario. We use the concepts democracy, justice, power and participation developed by authors such as Carlos Estevão, François Dubet, Nobert Elias and others who deal with the developed theme, seeking subsidies to understand the aspects of the tensions that characterize the dynamics of the functioning of these bodies. Based on the perspectives of these authors, we discuss how the intertwining of the notions of state and justice and equality are expressed in institutional referrals, considering the perspective of social inclusion announced in educational policies in Brazilian territory. From the reflections we observe that in recent societies, the school council constitutes an aspect of mobilizing individuals and groups around differentiated and interdependent interests. In theory, school councils need to deal with challenges and dilemmas arising from their constitution and functioning dynamics.

KEYWORDS: Justice, democracy, politics, school.

1 | INTRODUÇÃO

Neste artigo buscamos argumentar a importância que a gestão democrática tem na trajetória da história da educação no sentido de possibilitar a diminuição das injustiças no contexto das políticas educacionais.

Nas políticas recentes, os conselhos de escola precisam lidar com desafios e dilemas decorrentes da sua constituição e de sua dinâmica de funcionamento. Desta maneira tomamos como argumento central o entendimento de que os conselhos escolares constituem um instrumento de mobilização de indivíduos e grupos em torno de interesses diferenciados e interdependentes na dinâmica social.

Nesse sentido nos reportamos brevemente ao cenário histórico da educação brasileira a partir da primeira Lei de Diretrizes e Bases de 1961. Logo abordamos os conceitos de democracia e participação popular, com o objetivo de focalizar os principais desafios dos conselhos escolares a partir da necessidade de assegurar a equidade para a construção de uma sociedade democrática.

2 | O CENÁRIO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A educação é considerada como processo pedagógico sistematizado e fundamental para os estudos científicos que buscam, numa perspectiva equânime, diminuir a competição desigual entre os sujeitos para compreender as dinâmicas do entrelaçamento da democracia. Dentro do cenário educacional a escola necessita que a administração do ensino seja pautada pelas práticas de aprendizagens que permitam aos estudantes experimentar o sentimento pertencimento do processo de escolarização e agentes produtores de sua própria história e das transformações sociais.

Nessa direção, Dubet (2008) ao abordar sobre uma escola mais justa a partir da reflexão sobre a igualdade de oportunidades destaca que,

A igualdade das oportunidades é necessária porque mobiliza princípios de justiça e postulados morais fundamentais numa sociedade democrática. Ela repousa sobre a ideia essencial de que há algo de igual em todos: a capacidade de ser o mestre de sua vida e de seu destino, de enxergar um poder sobre si mesmo (DUBET, 2008, p.49).

Nesse sentido podemos inferir que as injustiças e desigualdades que vivemos na dinâmica social brasileira decorre das inúmeras imbricações nefastas derivadas de um colonialismo opressor que deixaram marcas e lacunas profundas no cenário educacional brasileiro.

De acordo com a história da Educação, no início do século XX, intelectuais e educadores conceituados juntos a Anísio Teixeira, preocupados em elaborar um programa de política educacional amplo e integrado, escrevem o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Esse documento propunha uma escola única, pública, laica, obrigatória

e gratuita para todos. No entanto, em 1934, com a nova Constituição Federal, a educação passou a ser vista como um direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos poderes públicos.

Os anseios para se constituir uma escola ampla que instrísse todas as classes sociais já era pauta de constantes discussões no cenário político do país. O otimismo pedagógico e o empenho do grupo do movimento da escola nova demonstravam a convicção de que era preciso criar um novo sistema educacional com a propagação de uma escola pública, laica e gratuita para todos.

Durante todo esse processo de mudança na política educacional, de modo a colaborar para o sucesso de tal, não podemos deixar de citar que a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE) referendou diversas discussões e lutas educacionais até a década de 1950, desempenhando um papel significativo com a realização de várias conferências. Na IV Conferência Nacional de Educação, em 1931, Getúlio Vargas, em sua abertura “solicitou aos presentes que colaborassem na definição da política educacional do novo governo” (SAVIANI, 2004, p.35).

Vários foram os debates e fases que tratavam do conteúdo, da interpretação e das implicações até a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDBN 4.024/ 196. Apesar das tentativas de se alcançar um documento que contemplasse os anseios anteriormente já citados no texto de 1952, o projeto não foi além das discussões parlamentares. Por fim, após treze anos de lutas (1948 a 1961) foi então aprovada, na qual em seu Título I, nos dá indícios de sua intencionalidade arduamente travada:

Artigo 1º A educação nacional, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por fim: a) a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade; b) o respeito à dignidade e às liberdades fundamentais do homem; c) o fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional; d) o desenvolvimento integral da personalidade humana e a sua participação na obra comum; [...] (BRASIL, 1961, p.01).

Sancionada pelo então presidente João Goulart, quase 30 anos após ser prevista pela Constituição de 1937, essa foi a primeira legislação criada somente para regularizar o sistema de ensino do País.

A LDB N. 4.024/61 caracterizou-se por ser inspirada em princípios de liberdade e de ideais de solidariedade e, concomitantemente, percorreu como finalidades da educação a compreensão de direitos e deveres desde a pessoa humana aos mais diversos grupos que constituem a comunidade, o respeito à dignidade e as liberdades indispensáveis ao homem, a qual já se constituía assim o pensamento de uma gestão democrática.

Nesta perspectiva, concordamos com Freire (1995) ao defender a relação dialógica e propor em seus livros uma abordagem voltada para as transformações sociais, quando nos traz que a “educação popular está diretamente relacionada à tríade: cultura, política

e sociedade”, vendo esta como uma “educação libertadora” ou “educação para a prática da liberdade”, podendo conscientizar os sujeitos na busca pela “transformação social” (FREIRE, 1995, p.5).

Entretanto, na confluência de todas tentativas e lutas por uma educação ideal para o contexto daquele e de outros momentos ao longo da nossa história temos garantido na LDB, a Lei Nº 9394 de 20/12/96, Título II dos Princípios e Fins da Educação Nacional em seu Art. 2º, incisos II e VIII:

[...] liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; e gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino, nos garante uma educação baseada nas práticas sociais e humanas. Diretriz que rege como premissa garantir a base para uma aprendizagem cidadã e democrática que uma vez formada, vai desenvolver uma sociedade democrática, mais justa e solidária (BRASIL, 1996, p.01).

Em suma, a educação é uma prática social e histórica e, por isso traduz concepções e projetos de sociedade. É importante ressaltar que,

“A educação é antes de tudo, desenvolvimento de potencialidades e a apropriação de ‘saber social, histórico e cultural’, conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores que são produzidos pelas classes, em uma situação histórica dada de relações para dar conta de seus interesses e necessidades. Trata-se de buscar, na educação, conhecimentos e habilidades que permitam uma melhor compreensão da realidade e envolva a capacidade de fazer valer os próprios interesses econômicos, políticos e culturais (GRZYBOWSKI, 1986 apud FRIGOTO, 1996).

3 | A DEMOCRACIA NO CONTEXTO DA ESCOLA E OS PROCESSOS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

Percebemos que a democracia política ou social tem conceitos amplos podendo ser de várias formas e para vários fins, porém ela não pode existir desconexa dos direitos humanos. O que nos explica muito bem Benevides (2002) ao nos apontar uma possibilidade de conceituação de democracia:

Democracia é o regime político da soberania popular, porém com respeito integral aos direitos humanos. A fonte do poder está no povo que é radicalmente o titular da cidadania e que deve exercê-la seja através de seus representantes, seja através de formas diretas de participação nos processos decisórios. É o regime de separação de poderes e, essencialmente, é o regime da defesa e da promoção dos direitos humanos. E quando me refiro à garantia dos direitos humanos, estou unindo a democracia política e a democracia social. A democracia política, herdeira do liberalismo. Com as liberdades individuais e as liberdades públicas, que são os fundamentos dos direitos civis e elementares. A democracia social, fruto de lutas sociais e da consolidação dos valores da igualdade e da solidariedade, acrescidos ao valor da liberdade (BENEVIDES, 2002, p. 72/73).

A democracia, portanto, é um regime político, fundado na soberania popular, na separação e desconcentração de poderes, com pleno respeito aos direitos humanos. É um eixo político que melhor protege e promove os direitos humanos, baliza as controvérsias que envolvem toda história de desigualdade humana ao longo da história política e social de colonização. As condições históricas, com longos períodos de ausência da democracia ou com uma frágil democracia deixou para a educação uma enorme lacuna.

O direito de igualdade e uma equidade ética no campo da educação, que busca ladear aos conceitos de democracia está intrinsecamente ligado ao conceito de justiça. Neste sentido, podemos concordar com Souza (2000), quando afirma que existem conceitos de justiça de vários sentidos, quer na sua orientação regulatória, a que favorece a perpetuar as relações de subordinação, ou emancipatória, articulada com o sentido libertador.

Já não se permite mais pensar a escola a não ser como espaço de transformações sociais e individuais, o que implica neste contexto, lugar de direito onde se compõe todo tipo de diversidades. Neste ponto, de acordo com Estevão (2004), a justiça articula-se intimamente com outros conceitos, como o de igualdade, de equidade, de liberdade, de mérito, de poder e entre outros, de poder e autoridade. Portanto, como afirma o mesmo autor, “o conceito de justiça é inseparável do de educação”. E completando ainda que “a ideia de igualdade pode reforçar a ideia “de cidadania igual”, constituindo-se numa base importante para um programa de reforço da democratização da sociedade e da própria escola” (ESTEVÃO, 2004, p. 41).

Assim, ao desejarmos uma escola que transforma, precisamos mudar a escola que temos. Assim é necessário transformar as práticas, o sistema de autoridade e a distribuição do próprio trabalho no interior da escola. O que nos demonstra Paro, (2001, p.25) ao afirmar que:

A democracia enquanto valor universal e prática de colaboração recíproca entre grupos e pessoas, é um processo globalizante que, tendencialmente, deve envolver cada indivíduo, na plenitude de sua personalidade. Não pode haver democracia plena sem pessoas democráticas para exercê-las (PARO, 2001, p.25).

A prática da democracia no espaço da escola deve garantir aos envolvidos um trabalho de visibilidade e unidade onde haja um entrelaçamento de harmonia para os planos e projetos da comunidade escolar. Entretanto, a construção dessa unidade só será possível com a participação conjunta da sociedade.

A democracia assim se constitui com a participação de todos os setores da escola, educadores, alunos, funcionários e pais “nas decisões sobre seus objetivos e funcionamento, haverá melhores condições para pressionar os escalões superiores a dotar a escola de autonomia e de recursos. A esse respeito vejo no conselho de escola uma potencialidade a ser explorada” (PARO, 2001, p. 12).

4 | O PAPEL DO CONSELHO ESCOLAR NA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Analisando a questão do processo de práticas participativas da comunidade na gestão escolar faz-se necessário ter claras as suas características e principalmente a compreensão do que é comunidade e participação. Segundo Gohn (2001), “participar é visto como criar uma cultura de dividir as responsabilidades na construção coletiva de um processo [...]”. Ainda em relação a essa temática a autora afirma que,

[...] a participação envolve também lutas pela divisão das responsabilidades dentro do governo. Essas lutas possuem várias frentes, tais como a constituição de uma linguagem democrática não-excludente nos espaços participativos criados ou existentes, o acesso dos cidadãos a todo tipo de informação que lhe diga respeito e o estímulo à criação e desenvolvimento de meios democráticos de comunicação (GOHN, 2001, p. 19).

Os aspectos figuracionais que envolvem a participação se apresentam como um fator positivo que é a consciência da importância do poder do coletivo, ou seja, uma pessoa ao reivindicar um direito não possui, nas sociedades atuais, o mesmo êxito que uma comissão, um grupo, pois a interdependência entre os indivíduos impulsiona uma organização com poder social mais amplo. Ao reivindicar a concretização de direitos sociais, entendido enquanto o direito à educação, saúde, moradia, entre outros, que contribuem para uma melhor qualidade de vida da população, torna-se evidente uma situação de exclusão, a qual se busca reverter. Posto que a participação social não representa um sujeito social específico, mas se constrói como um modelo de interdependências nas relações entre a sociedade e o Estado.

Nessa perspectiva, Nibert Elias afirma que,

[...] A distribuição desigual das chances sociais de poder e especialmente a diferenciação, extraordinariamente grande, do nível de civilização sem dúvida são fatores que contribuem para a severidade das coerções, incluindo a auto coerção civilizadora (ELIAS, 2001, p.263).

O mesmo autor ainda assinala que:

O poder político, geralmente nada mais é que certa forma de poder social. Não podemos, por conseguinte, entender o comportamento nem o destino de pessoas, grupos, classes sociais ou Estados, a menos que descubramos qual seu poder social real, pouco importando o que eles mesmos dizem ou no que acreditam (ELIAS, 1993, p.63).

Desse modo, as transformações ocorridas na constituição das comunidades implicam em novas formas de ser e agir dos indivíduos singulares, tanto na maneira de lidar as tensões e emoções do eu singular como nas formas de exercício do poder, nesse caso, as práticas participativas nos processos de gestão democrática.

Segundo Paro (2004), se aceitarmos que a gestão democrática, implica necessariamente, a participação da comunidade, na gestão da escola pública encontraremos inúmeros obstáculos para atingirmos a sua concretização. Por esta razão, um dos requisitos

básicos para aqueles profissionais que se dispõem a promovê-la é o de não desistir diante das primeiras dificuldades.

De acordo com Elias (1993), na “Sociedade de Corte”, as pessoas disputavam estar perto do Rei, porque assim se ganhava prestígios e poder social. Analogamente, podemos inferir que a complexidade nas relações de interdependências das sociedades contemporâneas apresenta semelhante configuração, considerando o interesse de sujeitos singulares e coletivos.

Segundo Libâneo (2004, p.101), a gestão é a atividade pela qual são mobilizados os meios e procedimentos para se atingir os objetivos da organização, envolvendo os aspectos gerenciais e técnico-administrativos.

Essa figuração foi enfatizada com maior intensidade nas décadas de 70 e 80, contrapondo a ditadura no Brasil. Esse foi um posicionamento social contrário ao autoritarismo inserido na educação. Desta forma, esta nova prática tem como objetivo maior o envolvimento de toda a sociedade, educadores, pais, alunos e comunidades escolares. O autor reitera que “[...] a gestão é a atividade pela qual são mobilizados meios e procedimentos para se atingir os objetivos da organização, envolvendo os aspectos gerenciais e técnico-administrativos” (LIBÂNEO, 2004, p. 101).

Os procedimentos da gestão Pedagógica implicam em gerir a área da aprendizagem da escola, estabelecendo os objetivos e metas para a educação. Enquanto a gestão administrativa cuida da parte física que inclui o prédio e os equipamentos da escola e da parte institucional que engloba a legislação escolar, direitos e deveres, atividades de secretaria. Suas especificidades estão também enunciadas no Projeto Político Pedagógico ou no Regimento Escolar. Logo a gestão de Recursos Humanos é composta pela parte mais sensível de toda a gestão: alunos, equipe escolar e comunidade.

Essas três áreas não podem ser separadas e devem atuar integralmente, de forma a garantir a organicidade do processo educativo para o exercício da autonomia e da democracia.

Dialeticamente, não podemos deixar de pontuar que essa separação dentro da própria gestão traz em si um modelo tecnocrático de gestão baseado na estrutura empresarial de administração, assim podemos nos perguntar por que separar a gestão? A quem esse modelo atende? É assim que devemos pensar a gestão democrática? Não teremos aqui a intenção de responder a esses questionamentos, mas de plantar o questionamento para futuras análises e problematizações.

Agora, retomando o sentido anteriormente citado, a gestão democrática está inserida em um contexto histórico social, influenciando de maneira positiva a estrutura e o funcionamento dos sistemas, assim como sobre todas as ações que a escola desenvolve ainda que com lentidão. Porém, a LDB, em seus Artigos 14 e 15, apresentam as seguintes determinações:

Art. 14 – Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15 – Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas de direito financeiro público (BRASIL, 1996).

Logo, podemos inferir que a gestão democrático-participativa destaca a estrutura organizacional do ambiente escolar da maneira pela qual se compreendem a divisão de tarefas e de relacionamento entre os vários setores da instituição escolar. A partir da última década do século XX muitos países aderiram a esse tipo de gestão.

A constituição Federal de 1988 estabelece como princípio da gestão democrática dos sistemas de ensino Público, a igualdade de condições de acesso à escola e a garantia de padrão de igualdade. Desta forma a participação é a maneira de assegurar a gestão democrática porque torna possível o envolvimento dos integrantes da escola no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar.

Cabe ressaltar ainda a importância da ampliação de reflexões acerca da mudança no modelo da estrutura social monopolista, a transição para as estruturas centralizadas no Estado Moderno e os modelos contemporâneos descentralizados na perspectiva elisiana.

5 I CONSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONSELHOS ESCOLARES NO MUNICÍPIO DE CARIACICA/ES

Os Conselhos de Educação, são órgãos de administração existentes na estrutura educacional. Eles exercem funções normativas, deliberativas, fiscalizadoras e de planejamento, segundo a dependência política e administrativa, são: Conselho Nacional, Conselho Estadual, Conselho Municipal e os Conselhos Escolares. Eles asseguram a participação da sociedade civil nos destinos da educação brasileira.

Na perspectiva histórica, percebemos a mudança estrutural processual da dominação do Estado que exercia o poder e o controle sobre os indivíduos que constituíam os conselhos do campo educacional. Nessa década, surgem algumas experiências com os Conselhos Populares, especialmente com as práticas de alguns governos ditos democráticos.

Libâneo, Oliveira e Toschi (2003) destacam que a configuração desses conselhos, no entanto, ainda não imprimia o caráter deliberativo. Somente a partir da década de 1990 que as experiências de conselhos deliberativos começam a se concretizar. Momento em que o conselho pode ser qualificado como um órgão de decisões coletivas, capaz de superar a prática do individualismo e do grupismo. Os autores acrescentam ainda que se o Conselho Escolar for realmente formado por todos os membros da comunidade escolar, ele deverá alterar progressivamente a natureza da gestão da escola e da educação, pois

deverá intervir positivamente na qualidade do serviço prestado pela instituição escolar assim como na garantia de escolarização de todos os estudantes.

Ao analisarmos as normativas que asseguram a institucionalização dos conselhos escolares no município de Cariacica, no Espírito Santo, identificamos que o disposto no decreto de n.º 111 de 09 setembro de 2004, sobre a organização do Conselho Escolar e sua estrutura com competências estabelecidas no Artigo 2º, revela que:

Os Conselhos de Escola, resguardando os princípios constitucionais, as normas legais e as diretrizes da Secretaria de Estado da Educação, terão funções consultiva, deliberativa e fiscalizadora nas questões pedagógicas, administrativas e financeiras (CARIACICA, 111/2004, p. 01).

Assim, os conselhos escolares deste município cabem encaminhar, quando for o caso, à autoridade competente, proposta de instauração de sindicância para os fins de destituição do diretor da Unidade Escolar, em decisão tomada pela maioria de seus membros e com razões fundamentadas e registradas formalmente.

O mesmo decreto sustenta em seu Artigo 3º que,

Os Conselhos de Escola são centros permanentes de debates e órgãos articuladores de todos os setores escolares e comunitários, constituindo-se em cada escola, de um colegiado, formado por representantes dos segmentos da comunidade escolar, de acordo com as normas estabelecidas neste Decreto (CARIACICA, 111/2004, p. 02).

Dessa maneira, podemos evidenciar que toda a comunidade escolar é apta e tem o direito de participar como membro conselheiro do Conselho Escolar de qualquer instituição por eleição conforme previsto no referido decreto.

Outro documento que também trata do poder de participação social, compreendendo também os conselhos escolares cariáciquenses, é o Regimento Interno (2011) dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI), o qual apresenta as seguintes competências:

Apontar ao Conselho Fiscal da Caixa Escolar as irregularidades que, por ventura existirem, sugerindo, inclusive, as medidas que reputar úteis; analisar e aprovar o Projeto Político – Pedagógico da Escola, o Plano Anual de Trabalho e o Calendário Escolar, propondo mediante parecer, as modificações necessárias ao seu aperfeiçoamento; deliberar, em última instância, sobre o cancelamento de matrículas, a transferências de alunos e a remoção de servidores a qualquer título, observando a legislação pertinente a cada caso; emitir parecer em matérias de interesse da escola, sempre que solicitado por qualquer um dos seus segmentos ao pela direção (REGIMENTO INTERNO DO CMEI, 2011, p. 98).

Há, porém, outro aspecto importante sobre os Conselhos escolares em estudo além de ser de natureza deliberativa e consultiva também apresenta características executivas, normativas e propositivas que serão amplamente debatidas ao longo da pesquisa iniciada.

6 | PRINCIPAIS DESAFIOS DOS CONSELHOS ESCOLARES

Considerando as inúmeras contribuições que podem vir da atuação dos conselhos de escola optamos por elencar os principais desafios vividos pela gestão democrática das unidades escolares do município de Cariacica/ES, como: implementação de normatizações na elaboração do regimento da escola; participação na elaboração e funcionalidade do PPP; mobilização as famílias dos alunos público alvo da educação especial no sentido de participar efetivamente das ações pedagógicas da unidade de ensino; Aquisição e recursos materiais pedagógicos necessários a escolarização dos estudantes público alvo da educação especial; Atendimento especializado entre o posto de saúde e a escola para os alunos que necessitavam de atendimento; contratação de professores colaboradores para ações inclusivas; dificuldade em dialogar com o conselho municipal de educação no sentido de discutir sobre as políticas de atendimento aos alunos ser inseridos no processo de inclusão.

Portanto, inúmeras são as dificuldades vivenciadas no interior da escola que comprometem a gestão democrática e até mesmo a qualidade da educação que necessitam ser superadas e regulamentadas de maneira a assegurar o princípio da equidade e a própria participação.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao compreendermos a democracia como instrumento de fortalecimento dos conselhos escolares e a sua contribuição para a escola inferimos que a configuração dos conselhos escolares e seu poder de mobilização social e político insere-se no contexto amplo das reflexões e das mudanças estruturais do percurso histórico da sociedade brasileira problematizados a partir da democratização do ensino.

Os sistemas escolares precisam ampliar e efetivar a funcionalidade da participação popular nos diferentes espaços das instituições escolares reelaborando as relações entre os sujeitos e implementando políticas de acesso e garantia da escolarização para que se possa favorecer o exercício da autonomia tanto dos estudantes quanto dos profissionais da educação.

Segundo Dubet (2008), a garantia da escolarização é um processo importante para fomentar o combate às formas de exclusão dos negros, mulheres, pobres e deficientes, dos quais muitos destes ainda não têm acesso à educação básica, o que nos permite apontar que os movimentos democráticos no interior da escola, partindo dos diversos segmentos podem e devem assegurar a educação de qualidade para todos, cientes que é luta, e ainda exercitar a gestão para desburocratização dos poderes tendo em vista a universalização dos saberes e a emancipação dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

BOMENY, H. M. Bouaquet, **Os Intelectuais da Educação**. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 2003.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>>. Acesso em: Setembro/2014.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>>. Acesso em: Setembro/2014.

DUBET, François, **O que é uma escola justa? A escola das oportunidades**. São Paulo: Cortez, 2008. FREIRE, Paulo

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização**. Tradução: Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed. 1993, 2º v.

GOHN, Maria da Glória. **Conselho gestores e participação sóciopolítica**. São Paulo, Cortez, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola**. In: Os Conceitos de Organização, Gestão, Participação e de Cultura Organizacional. Goiânia: Alternativa, 2004, p. 95-115.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

PARO, Vitor Henrique. Participação da comunidade na gestão democrática da escola pública. In: _____. **Gestão democrática da escola pública**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2004. p.15 -28.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática na escola pública**. São Paulo: Ática, 2001.

SAVIANI, D. et.al **O Legado Educacional do Século XX no Brasil**. Campinas-SP, Editora Autores Associados Ltda., 2004.

ÍNDICE REMISSIVO

A

- Abolição da escravatura 2
- Ações afirmativas 1, 2, 3, 9, 10, 14, 16
- Adoção 42, 66, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 105, 106, 107
- Agência Nacional de Energia Elétrica 59, 67
- Agentes produtores 70
- Análise de conteúdo 29, 33, 38
- Atenção Primária à Saúde - APS 17, 18, 20, 27

C

- Centros Municipais de Educação Infantil - CMEI 77
- Colonialismo opressor 70
- Comitê de Monitoramento do Setor de Energia Elétrica 62
- Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS 40, 41, 55, 56
- Conselho Nacional de Política Energética 59, 67
- Conselhos de políticas sociais 41, 42, 43
- Conselhos escolares 69, 70, 76, 77, 78
- Constituição Federal 41, 56, 59, 71
- Controle social 40, 41, 42, 43, 46, 55, 56

D

- Declaração de Alto Nível na Organização das Nações Unidas 18
- Desigualdade social 30, 31, 37, 45
- Diabetes Mellitus - DM 17, 18, 19, 24, 27
- Discriminação racial 2
- Ditadura Militar 80, 82, 84, 86, 87, 89
- Ditadura no Brasil 75, 82, 84
- Doenças Crônicas Não Transmissíveis - DCNT 18, 27

E

- Energia elétrica 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67
- Escolas 9, 10
- Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA 101, 102
- Estudo bibliométrico 1, 3, 14

G

Gestão democrática 70, 71, 72, 74, 75, 76, 78, 79

H

Hipertensão Arterial Sistêmica 19

L

Lei de concessões 59

Lei de cotas 2, 8, 11, 12, 14, 16

Lei orçamentária anual 41, 43, 44

M

Marco legal 2, 59

Marco regulatório 57

O

Orçamento público 39, 40, 41, 43, 45

P

Pesquisa quali quantitativa documental 40

Plano Plurianual 41, 43, 56

Política de assistência social 32, 40, 41, 44, 45, 46, 47, 50, 54, 55

Política municipal de assistência social 40, 41, 46

Política Nacional de Assistência Social - PNAS 29, 30, 32, 38

Política neoliberal 42, 45

Políticas sociais 20, 31, 32, 37, 41, 42, 43, 44, 45, 55, 56, 108

População negra 2, 16

Privatização 28, 42, 55, 57, 59

Processo de escolarização 70

Programa de Atenção Integral às Famílias - PAIF 34

Programa de Estímulo às Privatizações Estaduais 60

Programa de Saúde da Família - PSF 20

Programa Nacional de Desestatização 60

R

Restrição de acesso 2



Políticas sociais no Brasil:

Reflexões sobre pesquisa, ensino
e cotidiano dos serviços

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora


Ano 2021



Políticas sociais no Brasil:

Reflexões sobre pesquisa, ensino
e cotidiano dos serviços

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021